



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social

Sub-eixo: Questão Agrária

REFLEXÕES SOBRE A FOME NA REGIÃO AMAZÔNICA: CONTRIBUIÇÕES DE JOSUÉ DE CASTRO PARA O DEBATE

JOYCE SAMPAIO NEVES FERNANDES¹

SIRLÂNDIA SCHAPPO²

RESUMO:

O presente trabalho é fruto de aproximações teóricas sobre direito humano à alimentação, fome e questão agrária. Seu objetivo é problematizar o atual cenário de insegurança alimentar na Amazônia, bem como apresentar as contribuições de Josué de Castro nas reflexões sobre o combate à fome nesta Região. Como procedimento metodológico utilizou-se revisão bibliográfica e análise de dados secundários.

Palavras-chave: Amazônia, fome, desigualdade social

RESUMEN:

Este trabajo es resultado de enfoques teóricos sobre el derecho humano a la alimentación, el hambre y las cuestiones agrarias. Su objetivo es problematizar el escenario actual de inseguridad alimentaria en la Amazonía, así como presentar los aportes de Josué de Castro en reflexiones sobre la lucha contra el hambre en esta región. Como procedimiento metodológico se utilizó la revisión bibliográfica y el análisis de datos secundarios.

Palabras clave: Amazonía, hambre, desigualdad social.

1. INTRODUÇÃO

A fome é a condição em que os indivíduos não têm acesso adequado aos alimentos em quantidade e qualidade suficiente para suprir as necessidades nutricionais básicas. A alimentação é um direito fundamental a vida humana, sem o qual não é possível assegurar outros direitos

¹ Universidade Federal de Santa Catarina

² Universidade Federal de Santa Catarina

(saúde, educação, moradia, etc.). Portanto, mais do que a sensação de vazio no estômago, a fome é uma violação grave dos direitos humanos.

O teórico pernambucano Josué de Castro é uma referência clássica no estudo deste tema. Para o referido autor, a fome e a má nutrição apresentam ou possuem aspectos econômicos, políticos, sociais e históricos. Em sua obra *Geografia da fome*, publicado pela primeira vez em 1946, Josué de Castro afirma que a fome no Brasil, apesar dos enormes progressos alcançados em vários setores de nossas atividades, é consequência, antes de tudo, de seu passado histórico.

A partir de revisão bibliográfica e fontes de dados secundários evidenciou-se que a fome ainda é uma realidade a ser enfrentada no país, sendo observado um aumento significativo na insegurança alimentar grave no período entre 2020 e 2022, onde ela passou de 9,4% em 2020 para 18,1% em 2021/2022. (II VIGISAN, 2022). Além disso, constatou-se que a fome não é vivenciada de forma homogênea na sociedade brasileira. Ela é atravessada por desigualdades territoriais/regionais, gênero, raça, classe e geracionais que se entrecruzam e se reproduzem, reflexo da formação sócio-histórica do país. E, dentre as macrorregiões brasileira, a região Norte lidera o ranking da fome no país.

Nesse sentido, a Amazônia vivencia um paradoxo contraditório, embora possua exuberantes riquezas naturais, fauna e flora, sua população é aquela que mais sofre com o flagelo da fome. As análises de Josué de Castro apresentam pressupostos importantes para compreender essa contradição. Para o referido autor, a fome no país está diretamente relacionada a estrutura agrária tradicional baseada no latifúndio e na monocultura, oriundos do processo de colonização. Sabe-se que os históricos desmatamentos na Amazônia atingiram níveis alarmantes, também neste contexto de agravamento da fome, em decorrência de atividades da pecuária, da grilagem e do garimpo ilegal.

O uso predatório da terra e dos recursos naturais, ancorado em uma racionalidade colonial, é o principal responsável pela condição de fome e pobreza de um grande contingente da população amazônica. Em contraposição a um modelo agrícola destrutivo, Josué de Castro apresenta a necessidade de um fortalecimento da agricultura de sustentação, juntamente com uma proposta de reforma agrária e de política alimentar. Este projeto político possibilitaria revigorar históricos cultivos presentes nos quilombos e no sertão, onde se encontram presentes relações de cooperação, policultura e práticas sustentáveis que ampliam as possibilidades alimentares de uma região (SCHAPPO, 2008; SCHAPPO, 2014). Para a Amazônia Josué de

Castro também apresenta críticas ao modelo destrutivo de crescimento econômico que trouxe impactos significativos nos âmbitos sociais, culturais, econômicos e ambientais na região.

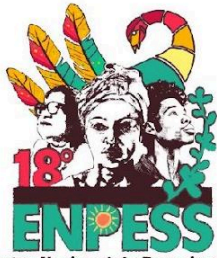
Nesta perspectiva, o objetivo deste trabalho é problematizar o atual cenário de insegurança alimentar na Amazônia, bem como apresentar as proposições de Josué de Castro para pensar alternativas no processo de povoamento e de combate à fome na região Amazônica. Para isso, ele está estruturado em quatro momentos: no primeiro, será problematizado o uso do território amazônico; no segundo, apresentar-se-á os dados e as características da fome no Brasil, com destaque à região amazônica; no terceiro, será apresentado as análises e proposições de Josué de Castro para a região Amazônica. E, por fim, no quarto momento, item que versa a conclusão, será feito um apanhado geral das discussões e reflexões tecidas no sentido de contribuir para o debate.

2. O USO DO TERRITÓRIO AMAZÔNICO

Ao falarmos região amazônica, o entendimento da categoria território é de suma importância, pois, trata-se de uma área que possui uma vasta extensão territorial, diversa e complexa, abrigando diversos grupos sociais (indígenas, ribeirinhos, quilombolas, seringueiros, pecadores artesanais e entre outros). Assim, será abordado brevemente neste item o território usado, categoria basilar nos estudos do geógrafo Milton Santos.

Segundo Santos (2007), o território não consiste apenas em um conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas, mas deve ser entendido como *território usado*. Sendo que é o uso do território, e não o território em si, que faz dele objeto de análise social (SANTOS, 2005; 2007). Para o autor, o *território usado* seria o chão e mais a identidade, ou seja, o sentimento de pertencimento, *pertencer àquilo que nos pertence*. Portanto, “o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (SANTOS, 2005, p. 255). Desse modo, “(...) o território é o fundamento do trabalho; o lugar da resistência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (SANTOS, 2007, p. 14).

Sinônimo de espaço geográfico, o uso do território se dá pela dinâmica dos lugares. De acordo com Santos e Silveira (2006), ele pode ser definido pela implantação de infraestruturas, denominadas pelos autores como *sistemas de engenharia*, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade. Nesse sentido, Santos e Silveira (2006) afirmam que o espaço



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

geográfico é sempre histórico, e sua historicidade deriva da junção entre as características da materialidade territorial e as características das ações. Portanto, quando quisermos definir qualquer pedaço do território, deve-se levar em consideração a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política.

No que tange à região amazônica, vemos que seu território tem sido historicamente usado para atender as exigências do capital externo, mediante a exploração predatória de seus recursos naturais. No período colonial, o território amazônico atuou como fornecedor de matéria-prima e de mão de obra barata. O modelo colonial português se sustentou através da economia extrativista e da exploração dos indígenas. Além da destruição da cultura, tecnologia e religiosidades das sociedades amazônicas, esse processo de colonização provocou, a perda, em partes, dos conhecimentos sobre a natureza e técnicas agrícolas, bem como intensos impactos ambientais e conflitos por terra. No entanto, é importante ressaltar que houve movimentos de resistência a dominação dos colonizadores no qual destaca-se a Cabanagem.

No período da borracha, entre 1850 e 1920, momento de muita riqueza para região, principalmente para as cidades de Belém e Manaus. A Amazônia, através da extração do látex (matéria-prima para produção da borracha), foi então integrada às relações comerciais internacionais. A formação dos seringais proporcionou intensos conflitos pela posse da terra, levando a expulsão ou até mesmo o extermínio dos habitantes dessas áreas. Houve, nesse período, um intenso processo de migração, principalmente de nordestinos para a região, através de incentivos governamentais, a fim de trabalharem nos seringais. Conforme, Sá e Nascimento (2012), as condições de trabalho eram degradantes e de intensa exploração do seringalista (donos ou arrendatários das áreas de extração da seringa) para com o seringueiro (coletores da borracha, em sua maioria nordestinos).

Já na década de 1960, a região foi palco das políticas desenvolvimentistas, mais intensamente nas décadas de 1970 e 1980 com os grandes projetos de mineração e construção de hidrelétricas. Nesse período, a Amazônia foi considerada um enorme espaço “vazio” que precisava ser ocupado. Através do discurso midiático “terra sem homens, para homens sem terra”, slogan este que nega a existência dos seus próprios habitantes (em especial os povos e comunidades tradicionais), o governo militar buscava atrair empreendedores e imigrantes de várias regiões do país. Tal iniciativa governamental, não apenas atraiu empreendedores e empresas transnacionais para a região, como desencadeou um processo de urbanização

desenfreado com a construção de estradas e rodovias. Com a implantação dos grandes projetos industriais de mineração, especialmente nas décadas de 1970 e 1980, além de intensificar o desenvolvimento urbano, provocou a degradação do meio ambiente, a poluição dos rios e nascentes, devastação de ecossistemas, a queimada e desmatamento das florestas, intensificou os conflitos por território e disputas por terra e, conseqüentemente, o aumento da pobreza e das desigualdades sociais da população amazônica (FERNANDES; MOSER, 2019).

Essas formas de uso, apropriação e exploração degradantes do território e dos bens da natureza, são particularidades históricas que peculiarizam as expressões da questão social na região, dentre elas, o atual cenário de fome. O alarmante aumento do desmatamento na Amazônia, especialmente a partir do ano de 2019 (INPE, 2023) é também destacado por Alencar et al (2022), a perda de floresta entre 2019 e 2021 ultrapassou os 10 mil km² ao ano, número 56,6% maior que a média anual do período anterior, 2016 a 2018. Isso se deve, dentre outros motivos, à crise política brasileira vivenciada a partir de 2016, com o golpe que levou o impeachment da presidenta Dilma e a posse de Michel Temer ao cargo (2016-2018), e várias ações governamentais extremamente destrutivas, especialmente no campo social e ambiental.

Visando atender unicamente o capital financeiro, o governo Temer aliado à bancada ruralista, promoveu uma série de flexibilizações nas leis ambientais, no qual a região amazônica foi o grande palco, que concorreram para o avanço do agronegócio, da grilagem e do garimpo ilegal. Essa conjuntura que já se apresentava negativa e preocupante, com o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), agravou-se consideravelmente. Com uma postura totalmente intransigente, o até então presidente Bolsonaro, tomou uma série de iniciativas altamente destrutivas, tais como: aprovação do uso de vários agrotóxicos anteriormente proibidos no Brasil; alterações no código florestal que flexibilizam os licenciamentos; enfraquecimento dos órgãos de fiscalização ambiental; redução nas áreas de preservação; rejeição a demarcação das terras indígenas para investimentos em agricultura e mineração; entre outras. Essas medidas perversas não somente contribuíram para o aumento do desmatamento e das queimadas na Amazônia, principalmente em consequência da pecuária, mas também concorreram para as mudanças climáticas e o aquecimento global, além de intensificar os conflitos por terra e a violência no campo, produzindo impactos significativos na segurança alimentar da população, principalmente dos povos indígenas e comunidades tradicionais.

Essa destruição ambiental, em favor da recomposição das taxas de lucro, tem provocados desequilíbrios ecológicos severos como, por exemplo, a queda acentuada nos níveis dos rios da



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Amazônia, em 2023, considerada a maior seca já registrada na história da região, acompanhada de uma intensa onda de calor. Sabe-se que o deslocamento na Amazônia ocorre, em grande parte, por via fluvial. A baixa do volume dos rios dificultou o transporte da população, especialmente dos ribeirinhos, e impactou o acesso à água potável, aos alimentos, além de provocar a morte de espécies aquáticas.

O cenário atual da questão ambiental expressa as históricas formas de uso, apropriação e exploração do território e dos bens da natureza, assim como as particularidades das expressões da questão social no país e na Região Amazônica. Destacam-se na próxima seção algumas destas peculiaridades relativas ao cenário da fome e suas interconexões com as diversas formas degradantes de ocupação desse território.

3. AMAZÔNIA: UMA ÁREA NÍTIDA DE FOME

A luta pelo combate à fome é histórica na trajetória da humanidade. Conforme Hirai (2009), ela se reveste de maior ou menor importância de acordo com a conjuntura sociopolítica e econômica de cada sociedade. Embora a fome seja anterior ao modo de produção capitalista, a medida em que esse sistema se consolida, ela assume expressões mais intensas. No Brasil, é a partir das contribuições de Josué de Castro, em meados da década de 1930, que esse tema será desnaturalizado e entrará na pauta das políticas públicas do país.

Pernambucano, diplomado em medicina e geografia, Josué de Castro atuou como médico e geógrafo, professor, cientista social, político e escritor. Na sua trajetória de vida, a infância em Recife, e a experiência como médico contribuíram para que o intelectual voltasse seu olhar para a fome, tornando-se o tema central dos seus estudos e sua bandeira de luta. Josué foi um cientista de múltiplos saberes, além da medicina e geografia, dedicou-se à outras áreas de conhecimento, tais como: nutrição, psicologia, filosofia, antropologia, economia, ecologia e entre outras. Essa interdisciplinaridade permitiu ao teórico pernambucano um olhar multifocal sobre o tema da fome, até então, considerado um fenômeno natural, resultado de calamidades, adventos climáticos e dentre outras situações (NASCIMENTO, 2021).

Nessa perspectiva, Josué incorpora em sua abordagem aspectos sociais, políticos, históricos, econômicos e culturais, articulando-os à realidade brasileira, um país subdesenvolvido, de economia capitalista dependente e atrasada, marcado historicamente pela escravidão de populações negras e pela exploração e genocídio de povos indígenas, e que tem como base o



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

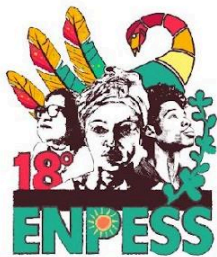
Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

modelo agroexportador. Assim, para o referido autor, a fome é decorrência da ação humana, resultado da exploração econômica, que gera a concentração de renda e as desigualdades sociais. Mas, sobretudo, está diretamente relacionada a estrutura agrária tradicional baseada no latifúndio e na monocultura, oriundos do processo de colonização.

Conforme Castro (1967), a alimentação brasileira apresenta qualidades nutricionais bem precárias. Esses padrões dietéticos variam de acordo com as regiões, apresentando desde níveis mais graves, em que se vive estado de fome crônica; até os mais discretos, como a subnutrição. Nesta perspectiva, utilizando-se do método geográfico, Josué de Castro (1967), considerou a área Amazônica, juntamente com a Zona da Mata Nordestina, como áreas nitidamente de fome endêmica, ou seja, com manifestações permanentes. Já o Sertão Nordestino é epidêmico, ficando restrita ao período da seca. As áreas Centro-Oeste e Extremo Sul foram caracterizadas por apresentar formas mais amenas e não tão graves, a subnutrição. Embora nesses territórios haja grupos, representantes de determinadas classes sociais, e não massas populacionais inteiras, em situação de fome endêmica.

Ao analisar os atuais dados da insegurança alimentar no Brasil, observamos que o combate à fome é uma pauta urgente para o país. É sabido que no período pandêmico os percentuais de insegurança alimentar cresceram assustadoramente, o que resultou no retorno do Brasil ao Mapa da Fome da ONU. De acordo com o II VIGISAN (2022), entre novembro de 2021 e abril de 2022, 125,2 milhões de pessoas encontram-se em insegurança alimentar, sendo 59,6 milhões (28% dos domicílios) insegurança alimentar leve, 32,3 milhões (15,2% dos domicílios) moderada e mais de 33 milhões (15,5% dos domicílios) em situação de fome, expressa pela insegurança alimentar grave no Brasil. No entanto, é importante destacar que esse avanço avassalador não se deu tão somente pela crise sanitária, mas também pela conjuntura social, econômica e política que o país vivenciava, além de uma série de medidas destrutivas adotadas pelo, até então presidente, Jair Bolsonaro, que concorreu para o agravamento da fome no país.

Segundo a PNAD contínua, em 2023, o país tinha 27,6% (ou 21,6 milhões) dos seus domicílios em situação de insegurança alimentar, sendo 18,2% (ou 14,3 milhões) com insegurança alimentar leve, 5,3% (ou 4,2 milhões) com insegurança alimentar moderada e 4,1% (ou 3,2 milhões) com insegurança alimentar grave (IBGE, 2024). Comparando os resultados do segundo inquérito realizado pela Rede PENSSAN (II VIGISAN, 2022) com os dados divulgados pelo IBGE (2024), observa-se que houve uma redução da insegurança alimentar em todos os níveis e o crescimento da segurança alimentar. Conforme IBGE (2024), em 2023, 72,4% (ou 56,7



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

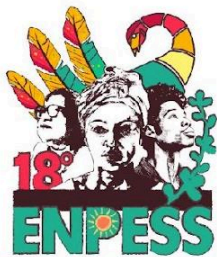
10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

milhões) dos domicílios brasileiros tinham acesso regular aos alimentos, já no contexto da pandemia esse percentual foi de 41,3% (II VIGISAN). Essa melhora significativa nos índices após a pandemia se deve, em grande parte, a nova gestão governamental. Com a mudança de governo em 2023, uma série de medidas no campo da alimentação foram retomadas como, por exemplo, a reinstalação do CONSEA, a retomada do Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Bolsa Família, o Fortalecimento do PNAE e dentre outros. No entanto, embora haja um notável recuo nos índices de insegurança alimentar, o número de lares afetados pela fome é consideravelmente elevado, são 3,2 milhões de domicílios em condição de privação alimentar, o que demonstra que o país tem um longo caminho a percorrer.

Além disso, os dados da PNAD contínua revelaram que a região amazônica e o Nordeste permanecem como áreas nítidas de fome. Conforme IBGE (2024), nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, houve uma prevalência de segurança alimentar, 83,4%, 77% e 75,7%, respectivamente. Já o percentual da insegurança alimentar grave nestas macrorregiões foi de 2% no Sul, 2,9% Sudeste e 3,6% no Centro-Oeste. Enquanto que nas regiões Norte e Nordeste o percentual de segurança alimentar foi 60,3% e 61,2%, respectivamente. Embora apresentem mais da metade dos seus moradores com acesso pleno à alimentação regular, a fome permanece latente nestes territórios. De acordo com o IBGE (2024), os percentuais de insegurança alimentar moderada e grave na região Norte foi de 8,3% e 7,7%, respectivamente. Já na região Nordeste, a insegurança alimentar moderada foi de 8,6% e grave foi de 6,2%. Dentre as macrorregiões brasileiras, a região Norte segue liderando o ranking da fome no país, como já analisado por Josué de Castro. E dentre os Estados que a compõe (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), o Pará é o aquele que apresenta maiores percentuais de domicílios em insegurança alimentar moderada (10,8%) e grave (9,5%), ocupando, portanto, o primeiro lugar no cenário da fome no Brasil.

Além disso, a PNDA contínua também revelou, assim como o II VIGISAN (2022), que a fome no Brasil é atravessada por desigualdades, não somente regionais/territoriais, como também raciais, de gênero, de classe e geracionais, expressando desigualdades historicamente construídas no país. No que diz respeito ao gênero, embora a participação das mulheres como responsáveis pelo domicílio seja maior que os homens, (51,7%) e (48,3%), respectivamente. Quando olhamos para a segurança alimentar essa relação se inverte, o percentual de insegurança alimentar grave é maior em domicílios chefiados por mulheres, 58,6%, enquanto que nos domicílios chefiados por homens o percentual foi de 41,4%. Além disso, os lares chefiados por



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

pessoas pretas e pardas apresentam maiores percentuais de insegurança alimentar. Conforme dados do IBGE (2024), no Brasil, 42% dos lares são chefiados por pessoas brancas, 12% por pessoas pretas e 44,7% por pessoas pardas. Considerando a insegurança alimentar moderada e grave, nos domicílios cujo responsável é uma pessoa preta esse percentual foi de 16,3% e 16,5%, respectivamente. Já os domicílios chefiados por pessoas pardas a moderada foi de 57,6% e a grave foi de 58,1%. O grau de escolaridade também incide no acesso à alimentação, em domicílios cujo responsáveis possuem ensino fundamental incompleto ou equivalente, seus moradores estavam em insegurança alimentar moderada (41,3%) ou grave (46%), havendo, portanto, comprometimento na quantidade de alimentos para consumo. Outro dado relevante que a pesquisa revelou diz respeito ao aumento da insegurança alimentar em domicílios com crianças e adolescentes. De acordo com os dados da PNAD Contínua, (4,5%) da população de 0 a 4 anos de idade e (4,9%) da população de 5 a 17 anos de idade convivem com a insegurança alimentar grave. Os dados ainda revelam que os moradores das áreas rurais são os mais afetados pela fome, de acordo com a pesquisa supracitada, (37,7%) de pessoas em domicílios rurais encontram-se em insegurança alimentar, considerando seu nível mais grave, são 6% da população com restrição severa no acesso aos alimentos (IBGE, 2024).

A PNAD Contínua realizada em 2023 não disponibilizou dados específicos que versam sobre a insegurança alimentar entre os povos e comunidades tradicionais. É sabido que historicamente essas populações são impactadas pela insegurança alimentar e têm seus direitos fundamentais violados. Embora não haja percentuais precisos que demonstrem, há estudos locais que identificam essa realidade. Fernandes (2020), em sua pesquisa intitulada *“Política de Assistência Social na Amazônia: problematizando o acesso das famílias ribeirinhas da Ilha das Onças, Barcarena/PA”*, identificou que as famílias ribeirinhas da Ilha das Onças encontravam-se em condição de insegurança alimentar grave e a procura pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) dava-se, principalmente, pela busca do auxílio-alimentação e do Programa Bolsa Família. A fonte de renda destas famílias é basicamente a coleta do açaí, no período da safra, que acontece no primeiro semestre do ano, é o momento em que se obtém o melhor faturamento. Após esse período as famílias sentem dificuldades em manter seu sustento e o acesso a itens básicos de alimentação. Nesse contexto, é importante destacar a recente crise humanitária vivenciada pelos indígenas Yanomamis, no Estado de Roraima. De acordo com dados da pesquisa realizada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) em conjunto com a FioCruz, Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), Coordenação Geral de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Alimentação e Nutrição (CGAN) do Ministério da Saúde e Fundação Nacional do Índio (Funai), nos meses de dezembro de 2018 e fevereiro de 2019, 81,2% das crianças Yanomami menores de 5 anos apresentaram desnutrição crônica; 48,5% desnutrição aguda e 67,8% anemia (UNICEF, 2020). O estudo indicou que, dentre outros fatores, os intensos conflitos territoriais provocados pelo garimpo ilegal e o consumo de alimentos ultraprocessados pelas comunidades indígenas, contribuiu para este panorama.

O direito à terra e a água são fundamentais para que os povos e comunidades tradicionais possa produzir e reproduzir seu modo de vida, cultura, cosmovisão e seus hábitos alimentares. O processo de expropriação desses povos e de seus territórios, bem como sua marginalização e invisibilidade perante o Estado, se inscreve na trajetória sócio-histórica brasileira, desde o período colonial. Com o agronegócio essa realidade se intensificou, visto que essa produção agrícola necessita de grandes extensões de terra. Além da desterritorialização, o incentivo a essa produção voltada prioritariamente ao lucro e à exportação tem gerado intensos conflitos no campo e o extermínio de lideranças indígenas. Portanto, para que o direito à alimentação adequada e saudável prevaleça nessas populações é de suma importância a demarcação de seus territórios, como também dispor dos meios necessários para que possam produzir, processar e consumir seus alimentos.

Essa trajetória sócio-histórica nos remete a necessidade de concretização de políticas estruturais de respeito à biodiversidade local e a diversidade cultural e alimentar, o incentivo aos cultivos da agricultura de sustentação e a necessidade de uma reforma agrária no país. Considera-se serem estas demandas essenciais para a melhoria das condições de vida dessas populações, incluindo o acesso e a ampliação das possibilidades alimentares. Questões estas já apresentadas por Josué de Castro em diferentes contextos históricos.

4. AS CONTRIBUIÇÕES DE JOSUÉ DE CASTRO PARA AS REFLEXÕES SOBRE O COMBATE A FOME NA AMAZÔNIA

Em *Geografia da fome* (1946), ao mapear a fome no país Josué de Castro identificou cinco áreas que apresentavam três distintas características da fome: endêmica, epidêmica e de subnutrição, sendo elas: Nordeste Açucareiro, Amazônia, Centro-Oeste, Sertão Nordestino e Extremo Sul. Castro (1946) já apresentava a Amazônia enquanto uma das áreas de fome endêmica – com permanentes regimes de subalimentação e de carência. Entre as deficiências



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

alimentares que analisou na região Amazônica, a mais grave segundo o autor era a de vitaminas do complexo B, pois na farinha de mandioca elas estão praticamente inexistentes.

Castro (1967) contextualiza que a beribéri – doença causada pela carência de vitamina B1 assolou a região Amazônica (atingindo pelo menos 50% da população) especialmente no ciclo da borracha que durou de 1870 a 1910. Uma epidemia que marcou o período, sendo apresentada como um dos fatores de falta de consolidação da economia amazônica [...]. Como a borracha, [...] alcançara preços fabulosos nos mercados mundiais, [...] as populações amazônicas – as nativas e as alienígenas ali chegadas – não cuidaram mais de outra coisa, concentrando toda a sua atividade na colheita do látex precioso. (Castro, 1967, p. 75). alimentação era importada, depreciada, especialmente enlatados e conservas, com nociva inferioridade nutritiva. O agravamento da fome na Amazônia é apresentado em *Geografia da fome* como resultante do ciclo de exploração da borracha, onde predominaram os interesses econômicos externos, na extração e exploração dos recursos da região para os mercados mundiais e não em benefício das populações locais ou da consolidação da economia amazônica.

[...] a alimentação regional sofreu tremenda crise. Passou a ser constituída quase que exclusivamente de alimentos secos, de conservas importadas de terras distantes. O regime alimentar do seringueiro era composto de carne-sêca ou charque, corned-beef, feijão empedrado ou bichado, farinha d'água, arroz sem casca, conservas em latas, doce, chocolate e bebidas alcoólicas, importadas diretamente da Europa. (Castro, 1967, p. 76)

[...] Destruição da riqueza vegetal com as seringueiras sangrandas até a última gota do seu látex, com os peixes e as tartarugas destruídos sem discernimento, quase até o extermínio das espécies. Sem nenhuma preocupação de melhorar o processo de agricultura primitiva nem de ampliar a sua área de cultivo. (Castro, 1967, p. 82)

Ao fazer a crítica aos processos predatórios e direcionados para suprir os mercados externos e que geraram um aumento da fome na região, Josué considera a importância de se ampliar a área de cultivo do que ele apresenta como agricultura “primitiva”. Sua proposta engloba a formação de um plano de povoamento e de “fixação colonizadora do elemento humano à terra” com o intuito de melhorar os recursos voltados à alimentação regional.

Cabe destacar que o contexto era marcado pela chamada *Marcha para o Oeste*³, campanha realizada na década de 1940, durante o Estado Novo pelo Governo de Getúlio Vargas com o intuito de buscar integrar territorialmente o país. Em suas análises sobre a questão do processo de povoamento na região, apresenta o argumento de que para melhorar as condições

³ RICARDO, Cassiano. *Marcha Para Oeste: a influência da bandeira na formação social política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940. LENHARO, Alcir. *Colonização e Trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. Campinas: Editora da Unicamp, 1986.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

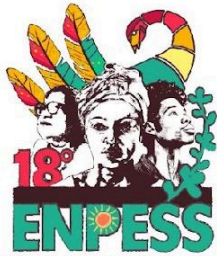
alimentares da área amazônica o autor aponta a necessidade de um programa de transformações econômico-sociais na região. As soluções dos aspectos parciais do problema estão todas ligadas à solução geral de um método de colonização adequado à região. Sem alimentação suficiente e correta a Amazônia será sempre um deserto demográfico. Sem um plano de povoamento racional e de fixação colonizadora do elemento humano à terra nunca se poderá melhorar os recursos a alimentação regional. (Castro, 1946, p. 82-83)

Josué de Castro durante o Estado Novo foi um dos intelectuais colaboradores, bem como esteve inserido no prolongamento dessas discussões sobre a ocupação das áreas centrais do território brasileiro, durante a década de 1950. As disputas territoriais acabaram provocando a mudança da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília. Josué apresentava, também, uma preocupação com a região amazônica que foi uma área de intensas disputas territoriais durante o regime civil-militar. Para localizar as dietas alimentares de cada região do país, Josué de Castro utilizou como referência o mapa da divisão regional estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1941. (Amorin, 2016, p. 127-128)

A proposta de Castro para a Região refere-se à organização de núcleos coloniais estabelecidos, de planos econômicos e técnicos, exploração racional da pesca e das terras, introdução de métodos modernos de utilização e conservação dos solos, introdução da avicultura em bases de exploração doméstica, aproveitamento dos frutos silvestres e industrialização caseira ou rural de frutas e hortaliças cultivadas (Castro, 1946, p. 88). A partir de tais meios, os recursos da Amazônia dariam para suprir, segundo o autor, as necessidades das populações tanto locais como das levas de imigrantes.

As proposições de Josué de Castro para a região Amazônica foram aprimoradas na década de 1970 no contexto de emergência das discussões sobre a questão ambiental, mesmo estando fora do país no período da Ditadura Militar. Em 1972 Josué lecionou a disciplina de *Ecologie du tiers monde* e foi fundador de um grupo de pesquisa sobre ecologia em Vincennes. Suas discussões sobre os conceitos de desenvolvimento e meio ambiente tinham como foco os perigos enfrentados pela região amazônica, em face da ausência de planejamento para essa região. Nessa década, Josué de Castro ensejou diversos debates e se engajou na luta pela defesa do ecossistema amazônico. Era uma estratégia de articular e atualizar os estudos em torno da fome a partir das demandas sociais daquele presente, conforme observado por Amorin (2016),

As pesquisas desenvolvidas sobre a Amazônia tiveram como finalidade a participação na Conferência sobre Meio Ambiente das Nações Unidas em Estocolmo, na Suécia, em maio



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

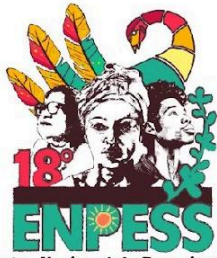
de 1972. Essa conferência representou uma das primeiras iniciativas das potências mundiais para debater a questão da preservação dos biomas. O grupo de estudos de Vincennes, liderado por Josué de Castro, produziu um dossiê propondo que os organismos internacionais realizassem ações efetivas em defesa do ecossistema amazônico. Desse modo, deveriam atuar por meio de cooperações técnicas e ações conjuntas com organizações não governamentais, visando a preservação da fauna e da flora da região. (Amorin, 2016, p. 64)

Neste contexto, Josué de Castro expressa suas críticas ao modelo etnocêntrico de crescimento econômico e progresso. Em sua compreensão, quando se discute o meio ambiente, este compreende tanto fatores de ordem física ou material quanto fatores de ordem econômica e cultural, portanto, as análises devem abarcar o impacto a partir de elementos em sua totalidade. A fome, a miséria e a poluição seriam também resultantes de processos de exploração pelas grandes potências industriais do mundo.

Se só ultimamente é que se vem falando com insistência da poluição e degradação provocadas pelo crescimento econômico, isso se deve a que a civilização ocidental, com seu repertório científico etnocêntrico, sempre se negou a aceitar esta evidência: que a fome e a miséria de algumas regiões distantes fazem parte do custo social do seu próprio progresso, um progresso que a humanidade inteira paga para que o desenvolvimento econômico avance no pequeno número de regiões dominantes política e economicamente no mundo. (Castro, 1973, p. 02)

Josué refere-se às análises contidas no relatório que o Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) de 1972, a partir do Clube de Roma que apresenta limites de crescimentos, considerando os efeitos nocivos da civilização tecnológica e industrial⁴. O relatório serviu de base para as discussões sobre a questão ambiental naquela década. A crítica de Castro refere-se à necessidade de se analisar esse processo não apenas do ponto de vista da ação indireta do desenvolvimento sobre o Terceiro Mundo, mas também com a ação direta: o esbanjamento inconsiderado dos recursos naturais não renováveis e as rupturas biológicas dos subsistemas ecológicos. Suas críticas são referentes ao uso da ciência e da tecnologia para a obtenção de vantagens e de lucros dentro de uma perspectiva de modelo único de desenvolvimento a partir de uma cultura etnocentrista.

⁴ “Em 1972, o relatório científico **Meadows**, intitulado **Os limites do crescimento**, teve o efeito de uma bomba. Pela primeira vez anunciou-se ao mundo os limites físicos do crescimento econômico. Sua conclusão é clara: a persistência do atual modelo de sociedade e o conseqüente esgotamento de recursos levaria inevitavelmente o mundo no século XXI a um dramático “crash”. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/616607-o-primeiro-relatorio-sobre-os-limites-do-crescimento-completa-50-anos>. Acesso em: 01 de ago. de 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

O modelo de desenvolvimento que apresenta, com sua imagem do mundo dentro de um século, é o único válido, o único possível de ser armado com os dados hoje disponíveis sobre a realidade mundial. Este exclusivismo, muito característico da cultura etnocêntrica dos países desenvolvidos, demonstra por si só o caráter pouco científico do relatório. Pode-se conceber vários modelos do mundo de amanhã e, com grande risco de erro, prever quais a probabilidades de cada um se transformar em realidade. De forma alguma deve-se limitar as previsões científicas a um só modelo. Quando se fazem projeções lineares, como as do relatório sobre os limites do crescimento, cai-se inevitavelmente em ingênuas tentativas que não levam em conta a ruptura de estruturas. (Castro, 1973, p. 4)

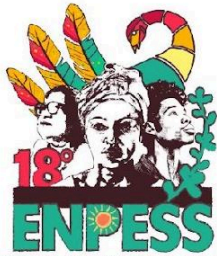
Para o autor os países subdesenvolvidos que lutam pela sobrevivência devem se preocupar com os problemas do meio e do desenvolvimento em escala mundial, para se defenderem das agressões que seu próprio meio sofre há séculos por parte das metrópoles colonialistas, destruidoras da condição humana nas áreas subdesenvolvidas. Castro (1973) critica a visão limitada do problema apenas quando se analisa a partir do crescimento da população, da poluição do ar, dos rios e dos mares e a degradação do patrimônio animal e vegetal das regiões mais desenvolvidas do mundo, deixando de analisar os efeitos indiretos desse desenvolvimento na totalidade dos grupos humanos.

Estes países devem reagir e tentar encontrar um tipo de desenvolvimento independente do desenvolvimento neocolonial. Para isso precisarão procurar fórmulas que lhes permitam a aplicação de técnicas oriundas da prática e que lhes serão as únicas válidas para desenvolvê-los de maneira racional. É indiscutível que o tipo de desenvolvimento atual é um fracasso, mas é indiscutível também que se pode chegar a desenvolver o mundo como estruturas sócio-econômicas e instrumentos de produção diferentes dos que se usam agora. [...] um desenvolvimento pacífico mais igualitário e não poluidor.

As análises de Josué de Castro sinalizam a necessidade de pensar em propostas alternativas ao modelo de desenvolvimento que tinha como base e exploração dos recursos naturais e humanos das nações chamadas de “Terceiro Mundo” para o atendimento de vantagens econômicas e de lucro oriundas de um modelo etnocêntrico. A partir delas, o autor clama por alternativas que considerem as especificidades locais e o incentivo à construção de estruturas sócio-econômicas que possam contribuir para a construção de condições de vida mais igualitárias e menos poluidoras.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir assim sobre a fome na região Amazônica a partir das contribuições de Josué de Castro nos remete a atualidade de seu pensamento, destacando-se a importância das discussões sobre o respeito a biodiversidade e dos povos e comunidades que compõem estes territórios.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Região esta que historicamente sofreu os impactos de um modelo de exploração e degradação de seu território e de seu seus diversos povos.

Esse cenário que já se apresentava negativo e preocupante, mais recentemente, com o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), agravou-se consideravelmente. Nesta gestão governamental, a região amazônica foi considerada, essencialmente, como um espaço de exploração econômica. Planos de modernização para Amazônia, com o intuito de retirá-la do “atraso”, marcaram as falas presidenciais. Além disso, tais discursos invisibilizam as comunidades tradicionais (ribeirinhos, indígenas, quilombolas e demais povos amazônicos) que ocupam o território, mascarando as expressões da questão social e os conflitos historicamente existentes.

Frente a esta histórica priorização da exploração e do lucro sobre a Amazônia e que geraram a imensa violação das diferentes formas de vida nesta região, compreende-se que as proposições de Josué de Castro, especialmente suas reflexões na década de 1970, expressam-se condizentes com a valorização da vida e da biodiversidade da região e dos povos que nela habitam. Seu pensamento é condizente com projetos políticos e com uma ciência comprometida e construída não a partir de um modelo etnocêntrico, mas tendo como base o respeito e o aprimoramento dos saberes e das práticas dos povos que nela vivem, assim como de toda a biodiversidade que nela gera vida e não mercadoria.

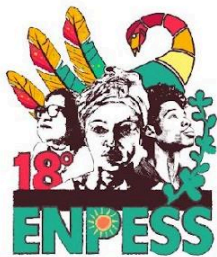
REFERÊNCIAS

AMORIN, Helder Remigio de. **Um pequeno pedaço do incomensurável: a trajetória intelectual e política de Josué de Castro.** (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

ALENCAR, Ane et al. Amazônia em chamas: o novo e alarmante patamar do desmatamento na Amazônia. **Nota técnica n. 9.** Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), Brasília, fev. 2022. Disponível em: <https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2022/02/Amaz%C3%B4nia-em-Chamas-9-pt_vers%C3%A3o-final-2.pdf>. acesso em: 29 de fev. 2024.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: a fome no Brasil.** 1 ed. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço.** 10 ed. São Paulo: Brasiliense, 1967.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

CASTRO, Josué de. Subdesenvolvimento: causa primeira da poluição. **Revista Correio da UNESCO**, órgão da Organização das Nações Unidas (ONU), ano I, número 3, de março de 1973.

FERNANDES, Joyce Sampaio Neves. **Política de Assistência Social na Amazônia:** problematizando o acesso das famílias ribeirinhas da Ilha das Onças, Barcarena/PA. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

FERNANDES, Joyce Sampaio Neves; MOSER, Liliane. **Desenvolvimento urbano-rural na Amazônia: a invisibilidade das cidades ribeirinhas.** In: III Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: Desafios Contemporâneos. IV Seminário Nacional de Território e Gestão de Políticas Sociais. III Congresso de Direito à Cidade e Justiça Ambiental. Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019. Anais do III Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: Desafios Contemporâneos. 3º. Ed. Londrina: UEL, 2019. p. 1-11.

HIRAI, Wanda Griep. **Segurança alimentar em tempos de (in)sustentabilidades produzidas.** (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Faculdade de Serviço Social. Porto Alegre, 2009. Disponível em: < <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5119/1/000419380-Texto%2BCompleto-0.pdf> >. Acesso em: 03 de ago. 2022.

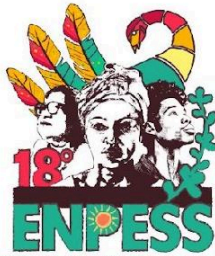
IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua:** Segurança alimentar 2023. Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102084.pdf> >. Acesso em: 11 de jun. 2024.

INPE, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Portal Terra Brasilis, PRODES (Desmatamento).** [S.l.], 11 de nov. 2023. Disponível em: < http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/increments >. Acesso em 05 de mar. 2024.

II VIGISAN, **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil.** Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN). Brasil, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em: 08 de out. 2022.

NASCIMENTO, Renato Carvalheira do. Sete chaves para pensar o atual cenário da fome no Brasil: a contribuição de Josué de Castro. In: CAPELO, Tereza; BORTOLETTO, Ana Paula (Orgs.). **Da fome à fome:** diálogos com Josué de Castro. São Paulo: Cátedra Josué de Castro; Zabelê Comunicação; Editora Elefante, 2022. Pág. 24-33.

SÁ, Maria Elvira Rocha de; NASCIMENTO, Nádia do Socorro Fialho. Acumulação de capital e cidades na Amazônia: produção de riquezas e negação de direitos sociais. In: GOMES, Vera Lúcia Batista. VIEIRA, Ana Cristina de Souza. NASCIMENTO, Maria Antônia Cardoso (Org.). **O avesso dos Direitos:** Amazônia e Nordeste em questão. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

SANTOS, M. O retorno do território. **Debates**, Buenos Aires, CLACSO, ano 6, n. 16, p. 251-261, jan. 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2020.

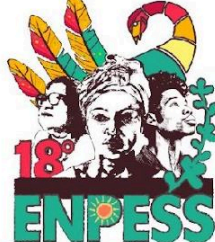
SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. In: SANTOS, M.; BECKER, B. (org.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 13-21.

SCHAPPO, Sirlândia. **Josué de Castro por uma agricultura de sustentação**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), 2008.

SCHAPPO, Sirlândia. Josué de Castro e a agricultura de sustentação em Geografia da fome. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 16, no 35, jan/abr 2014, p. 306-338

UNICEF, Fundo das Nações Unidas para a Infância; FIOCRUZ, fundação Oswaldo Cruz; SESAI, Secretaria Especial de Saúde Indígena; CGAN, Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição; FUNAI, Ministério da Saúde e Fundação Nacional do Índio. **Pesquisa sobre os determinantes sociais da desnutrição de crianças indígenas de até 5 anos de idade em oito aldeias inseridas no Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Yanomami**. Rio de Janeiro, 30 de março de 2020. Disponível em: <
<https://www.unicef.org/brazil/media/22536/file/pesquisa-sobre-determinantes-sociais-da-desnutricao-de-criancas-indigenas-de-ate-5-anos-de-idade-em-oito-aldeias-inseridas-no-dsei-yanomami.pdf>
>. Acesso em: 15 de fev. 2024.



**Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social**

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

**Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social**